

CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO FOMENTANDO NOVOS USOS DO TERRITÓRIO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PNAE E AS FEIRAS LIVRES

Anelise Graciele Rambo
UFFS

Eduardo Von Denz
UFFS

Resumo

O processo de modernização da agricultura, sobretudo no Brasil, imprimiu sobre o território, novos usos, e pressionou muitos agricultores familiares a encontrarem novas alternativas de produção e geração de renda. O debate acerca do reconhecimento do papel dos circuitos curtos de comercialização, promovidos por agricultores familiares, sua capacidade de promover novos usos do território, e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural, está inserido neste contexto de exclusão e surgem como uma alternativa ao modelo padrão de tecnificação do espaço rural. Assim, serão apresentados a seguir, dois exemplos de circuitos curtos de comercialização existentes em Santa Catarina, indicando como estes circuitos promovem novos usos do território. Os casos referidos dizem respeito aos mercados promovidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), bem como às feiras livres de Chapecó. Com tais exemplos, pretendemos chamar atenção para a importância de diferentes formatos de circuitos curtos de comercialização, os quais demonstram inicialmente, estarem promovendo usos agrícolas e não agrícolas no espaço rural, agregando às dinâmicas locais de desenvolvimento, capacidades potencializadoras da base de recursos através da diversificação produtiva e da geração de renda. Isso implica no reconhecimento e fortalecimento de um espaço rural mais diversificado e sustentável econômica, social e ambientalmente.

Palavras-chave: agricultura familiar – circuitos curtos – uso do território – produção de alimentos.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de debate acerca do uso do território com base nos circuitos curtos de comercialização presentes na agricultura familiar. O estudo do território, segundo Santos (1996), só tem sentido quando analisamos seu uso, isto é, os eventos e as manifestações dos atores sociais que nele acontecem. Os circuitos curtos de comercialização, por sua vez, constituem mecanismos dos quais se vale a agricultura familiar para obter renda, priorizando o trabalho familiar. Destacamos ainda, que estes circuitos são uma alternativa para comercializar os produtos permitindo “diminuir o número de intermediários entre o produtor e o consumidor” (FRANÇOIS, 2000, p. 13).

É comum encontrar estudos que demonstram o quão é disseminada a agricultura familiar no meio rural. No entanto, ainda são escassos os estudos e as pesquisas sobre a diversidade de estratégias produtivas e reprodutivas da agricultura familiar e seus estilos enquanto manifestação das distintas trajetórias históricas das mais diferentes regiões do país (SCHNEIDER e MENEZES, 2014). Neste sentido, no presente trabalho pretende-se avançar na investigação e compreensão dos usos do território decorrentes dos circuitos curtos de comercialização mobilizados pelos agricultores familiares – que incluem a comercialização de alimentos via Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), por exemplo – os quais inicialmente se mostram enquanto uma alternativa para a geração de renda e uma estratégia importante de desenvolvimento rural –, as feiras livres que comercializam localmente.

Com esses apontamentos, pretende-se iniciar no debate acerca do reconhecimento do papel dos circuitos curtos de comercialização, mobilizados no âmbito da agricultura familiar, sua capacidade de promover novos usos do território, e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural. Entendemos que os circuitos curtos têm promovido usos agrícolas e não agrícolas, agregando às dinâmicas locais de desenvolvimento, potencializando a base de recursos através da diversificação produtiva e de renda. Isso implica no reconhecimento de formatos agrícolas, incorporando novas atividades – pluriatividade – no espaço e na no fomento ao desenvolvimento rural.

Para alcançar a proposta de debate que objetivamos, o trabalho divide-se em três partes: em um primeiro momento será abordado o uso do território e a modernização da agricultura no Oeste de Santa Catarina. Num segundo momento, serão abordados os circuitos curtos de comercialização como novos usos do território no Oeste Catarinense, citando alguns exemplos (mercados institucionais do Pnae e PAA, feiras livres e

cooperativas familiares, como nova forma de uso do território e promoção dos circuitos curtos e do desenvolvimento rural. Numa terceira e última sessão, serão apresentadas algumas considerações finais acerca do escopo teórico construído e do empírico abordado. Por fim, constam as referências bibliográficas.

2. Uso do território e a modernização da agricultura no Oeste Catarinense

Na perspectiva de Santos (2002), o território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. Deve ser entendido como território usado, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Haesbaert (2005) corrobora com tal perspectiva ao discorrer que o território diz respeito às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligado ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. E complementa Santos (2005): “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (p.255).

Por essas razões, às transformações e/ou inovações que ocorreram no território afetam, direta ou indiretamente, todos os setores da economia mundial, ocasionando, conseqüentemente, uma reestruturação do processo produtivo em todo o país. Santos (2012) afirma que a universalização do mundo pode ser constatada na

[...] universalização da produção, incluindo a produção agrícola, dos processos produtivos e do marketing. Universalização das trocas, universalização do capital e de seu mercado, universalização da mercadoria, dos preços e do dinheiro como mercadoria-padrão, universalização das finanças e das dívidas, universalização do modelo de utilização dos recursos por meio de uma universalização relacional das técnicas, universalização do trabalho, isto é, do mercado de trabalho e do trabalho improdutivo, universalização do ambiente das firmas e das economias, universalização dos gostos, do consumo, da alimentação. Universalização da cultura e dos modelos de vida social, universalização de uma racionalidade a serviço do capital, erigida em moralidade igualmente universalizada, universalidade de uma ideologia mercantil concebida do exterior, universalização do espaço, universalização da sociedade tornada mundial e do homem ameaçado por uma alienação total (SANTOS, 1996, p. 18).

A agricultura moderna, por sua vez, ao se apropriar do território, atrai investimentos com a finalidade de inseri-la de forma competitiva no mercado. Essa competitividade acaba formando regiões que fragmentam o seu entorno e desintegram o restante do território, configurando-se como “ilhas de eficiência produtiva”, que em sua maior parte beneficia apenas o “grande” capital.

É importante destacar que essa expansão da agricultura moderna se dá, segundo Balsan (2006), a partir de meados da década de 1960, considerando que vários países latino-americanos engajaram-se na chamada “Revolução Verde”. Esta Revolução é fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização, criando a ideia que passou a ser conhecida como agricultura moderna, agricultura avançada e/ou agricultura tecnificada e geneticamente melhorada.

Segundo Graziano (2000), a desigualdade da modernização se expressa em três níveis: entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais. Frederico (2013, p.220) ressalta que “os principais beneficiados pela modernização do campo foram os grandes produtores agrícolas, grandes agroindústrias e empresas multinacionais fabricantes de agrotóxicos, maquinário agrícola e do comércio mundial de grãos”.

No Oeste Catarinense, por exemplo, a instalação de estruturas produtivas de processamento de carnes, a exportação deste produto, e mesmo a importação de mão de obra, por exemplo, exerce influência sobre a reestruturação da agricultura e sua aproximação do setor de tecnologia, ciência e informação, ocasionando um novo uso do território. Ainda nesta perspectiva, corroboramos com Espíndola (1999) ao afirmar que,

[...] a agricultura passa a ser consumidora de insumos modernos, fornecedora de alimento e campo de investimento para os diferentes capitais. Assim, a partir de 1960, o Oeste catarinense – a exemplo de outras áreas do Centro-Sul brasileiro – foi incorporado ao projeto modernizante edificado pelo Estado, empresas nacionais e multinacionais (ESPÍNDOLA, 1999, p. 104).

Diante das questões apontadas por Santos (1996) e Espíndola (1999), e na tentativa de caracterizar o uso do território e no oeste de Santa Catarina, torna-se indissociável um breve resgate histórico sobre a reestruturação da produção agroindustrial, decorrente da modernização agrícola no Oeste Catarinense.

De acordo com o trabalho de Hentz (2014), a região Oeste de Santa Catarina destaca-se na economia como uma das maiores áreas produtivas globais do setor alimentício, atuando nos segmentos de carnes (frangos, suínos, peru), alimentos processados de carnes, lácteos, margarinas, massas, pizzas e vegetais congelados, cereais, etc. As agroindústrias situadas na região oeste de Santa Catarina, principalmente nas proximidades de Chapecó, formam um sistema hegemônico de produção, industrialização e comercialização. Segundo Reche (2008), atualmente o estado de Santa Catarina é o maior produtor e exportador brasileiro de carnes de frango, sendo responsável por 14% da produção nacional e 28% das exportações brasileiras.

Ademais, Na região Oeste de Santa Catarina, e particularmente no município de Chapecó, a modernização da agricultura se deu através da integração do agricultor familiar às agroindústrias. Segundo Hespanhol (2003), apenas uma parcela de produtores foram integrados a este sistema que representa a articulação da pequena produção ao capital agroindustrial. Isso ocorre devido à grande exigência de incorporações tecnológicas. E para aquela parcela de pequenos produtores que não apresentavam as “pré-condições para se integrarem ou para participarem do processo de modernização, em virtude de seu caráter altamente seletivo, restou à exclusão” (HESPANHOL, 2003, p. 48).

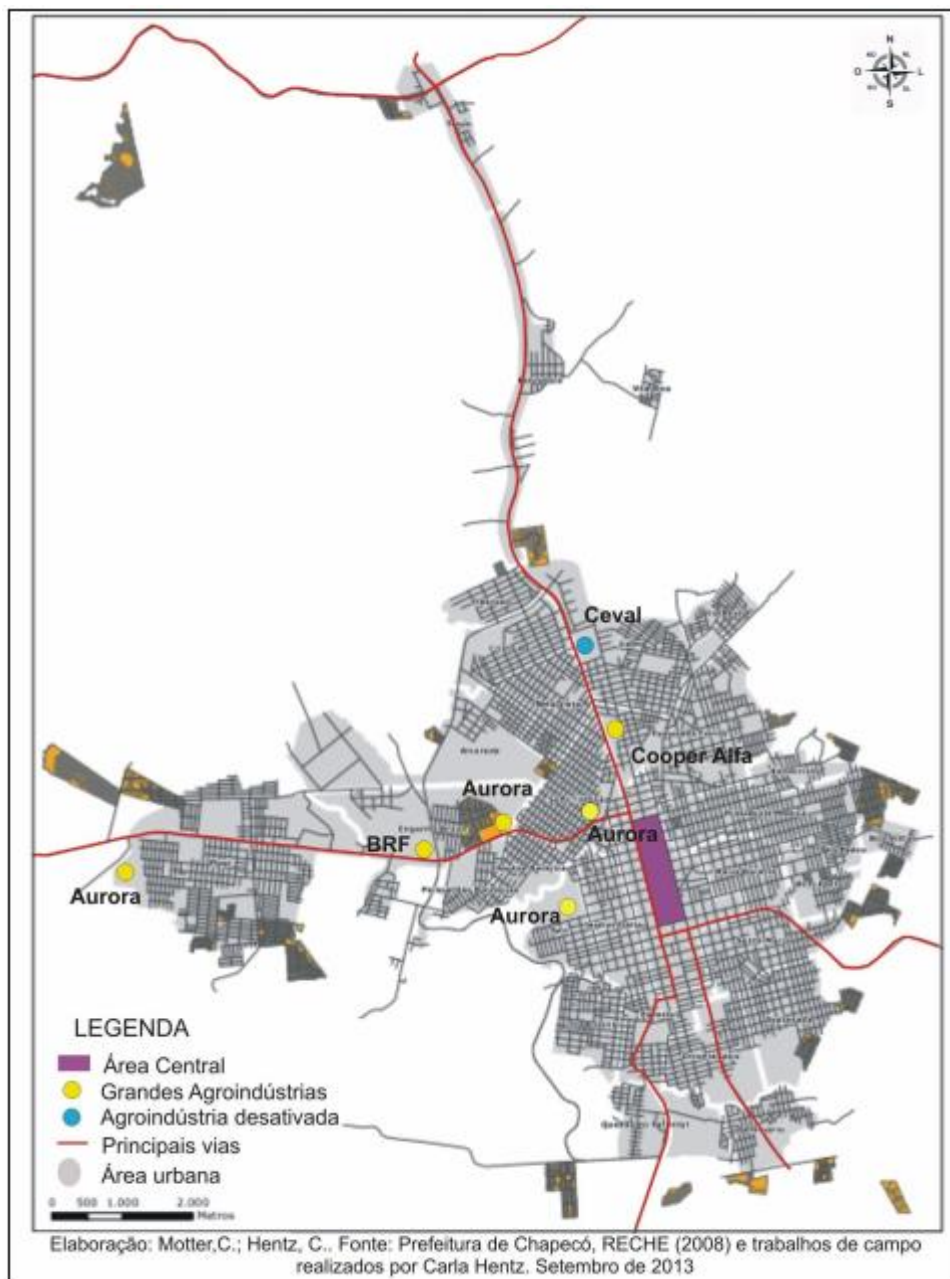
Diante desse cenário, é preciso refletir sobre o atual modelo de desenvolvimento rural. Segundo Campos (1999), este modelo, atrelado a uma dependência tecnológica cada vez maior, tem acarretado consequências profundamente negativas, que vão desde a configuração de um processo crescente de exclusão social e econômica de grande parte da população, até as repercussões ambientais, tais como, esgotamento de terras e contaminação ambiental, causando, com isso, um comprometimento da potencialidade produtiva dos recursos naturais de grande parte das terras.

Campos (1999, p. 320) também aponta que se faz necessário pensar e construir um modelo de desenvolvimento rural sustentável, que leve em consideração a importância de se criar “uma estrutura produtiva economicamente eficiente e socialmente equitativa, tendo por base a pequena propriedade agrícola”. Ou seja, se trata de priorizar as formas de produção, de comércio (circuitos curtos de comercialização) e uso do território que, ao mesmo tempo, assegurarão a manutenção social e econômica da agricultura de pequena escala.

No município de Chapecó, as principais empresas agroindustriais são: BRF-Brasil Foods S. A., Cooperativa Central Aurora e Cooper Alfa, sendo estas responsáveis por dotar

a região Oeste Catarinense de uma dinâmica particular. A localização das principais agroindústrias na cidade de Chapecó pode ser identificada no mapa 01

Mapa 01: Localização das principais agroindústrias em Chapecó - SC



Fonte: Hentz (2014).

No entanto, de acordo com Hentz (2014), as novas tendências nos processos produtivos agroindustriais conduzem a uma (re) espacialização da produção baseada na verticalização da produção, no uso intensivo de tecnologias de genética, nutrição e

processamento da produção. Neste novo contexto, os impactos em termos sociais são evidentes. No processo de deslocamento e concentração da produção, parcela significativa de produtores integrados acabou excluída do processo produtivo em virtude de não atender aos requisitos dos novos modelos de integração. Muitos desses, sem alternativas de produção e/ou comercialização, acabam obrigados a procurar por novas alternativas que propiciem sua emancipação e garantam a sobrevivência destes atores sociais. Os circuitos curtos de comércio estão inseridos neste horizonte de alternativas.

Ao considerar essas dinâmicas socioespaciais decorrentes da Revolução Verde, que excluem parcela dos agricultores, Ploeg (2000) trata do *squeeze* na agricultura, consequência, em certa medida, de resultados produtivos bem-sucedidos da modernização da agricultura, mas, discretos resultados sociais, representando, por vezes, um decréscimo das condições de vida de parte considerável dos agricultores.

Frente a esse aperto (*squeeze*), constitui-se uma heterogeneidade dos processos de mercantilização da agricultura familiar, resultando numa pluralidade de estilos de agricultura (Ploeg, 2000) e de mecanismos de manutenção perante a generalização das relações mercantis. Para Ploeg (2000), os estilos de agricultura podem ser considerados como algumas das muitas respostas para o projeto da modernização [...]. Alguns estilos representam e reproduzem a internalização do projeto de modernização (e são materialmente dependentes de sua continuação). Outros estilos, por sua vez, representam um distanciamento e uma desconstrução de toda limitação e controle impostos pelo projeto modernizador (PLOEG, 2000).

Portanto, os estilos de agricultura não necessariamente se opõem ao projeto modernizador dominante. Ora derivam e resultam em situações de maior autonomia, ora de maior dependência gerando situações de maior ou menor diversidade e diversificação. Os circuitos curtos de comercialização, *a priori*, parecem resultar em uma maior autonomia e diversificação. Ademais, o autor trata da capacidade de reação e da capacidade de adaptação da agricultura familiar frente ao pacote tecnológico implantado. A primeira resultaria de uma incapacidade de buscar alternativas, impondo a reprodução de estilos de agricultura marcados pela verticalidade das relações entre agricultores e mercados. A segunda – na qual integramos os circuitos curtos de comércio - estaria pautada na possibilidade de buscar certo distanciamento visando à construção de alternativas. Neste caso, é importante considerar que as motivações que levam os agricultores a constituírem

determinados estilos de agricultura estão vinculados ao padrão de desenvolvimento rural predominante em determinado recorte territorial.

Schneider e Menezes (2014), também corroboram com essa perspectiva, ao afirmar que agricultores familiares não apenas reagem ou se adaptam aos condicionantes externos, mas também são capazes de agir de forma propositiva. Diante disso, considera-se que essa ação propositiva e – inclui-se aqui o uso do território decorrente da modernização da agricultura – os estilos de agricultura pautados na capacidade de adaptação, ou então, na construção de alternativas, de modo geral, estão associados ao que ora denominamos de novos usos do território decorrentes dos circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar.

Assim sendo, cabe ressaltar que para além das grandes agroindústrias, muitas delas de capital multinacional, a constituição de dos circuitos curtos de comercialização pode ser visto como um processo de reconfiguração de recursos (produtos coloniais) promovidos pela agricultura familiar em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público. Daí é possível elencar duas formas que podem potencializar a atividade dos circuitos curtos: mercados promovidos pelo Pnae, bem como as feiras livres de Chapecó. Neste sentido, o produto colonial passa a ser visto pelos agricultores familiares como um produto comercial com um valor de troca e, portanto, como fonte de renda da unidade de produção familiar.

É interessante destacar que no caso do Pnae e do PAA, no momento em que o governo federal define que uma porcentagem dos recursos destinados a estes programas deve ser gasto na agricultura familiar com intuito de promover o comércio e o consumo local de alimentos, o governo está dando força ao movimento dos circuitos curtos. Os agricultores que produzem nas suas propriedades para comercializar os alimentos nas feiras da cidade, também encontram nessa atividade uma forma de potencializar os circuitos curtos.

De acordo com Mior (2005), alguns aspectos caracterizam a atividade dos circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar, tais como: a localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos em escalas menores, procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos, processos artesanais próprios, assim como predominância da mão de obra familiar. Pode ainda vir a ser um empreendimento associativo, reunindo uma ou várias famílias aparentadas ou não. Outra dimensão importante é que a organização familiar está crescentemente internalizando os aspectos legais, tanto do ponto de vista sanitário como ambiental e fiscal, perante os organismos de

regulamentação pública. Portanto, quando tratamos do uso do território decorrente da modernização da agricultura no Oeste Catarinense, é importante salientar que políticas públicas como o Pnae (e também o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA) e as feiras livres que ocorrem nas cidades, também fazem parte da estrutura dos circuitos curtos de comercialização. Estes, compreendidos enquanto capacidade de adaptação, como trata Ploeg (2000), precisam ser valorizados, e, sobretudo, pesquisados pelo meio acadêmico.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento dos circuitos curtos têm importantes repercussões sobre o território. Ocorrem mudanças no âmbito interno da organização da unidade familiar de produção, no contexto mais amplo da organização da agricultura familiar, na diversificação econômica regional e, não raro, no fortalecimento de sistemas agroecológicos de produção (TRICHES e SCHNEIDER, 2010). Ou seja, o território passa a ter uma nova forma de organização, que se configura como mecanismo de desenvolvimento rural. Assim, a nova forma de uso do território, dada pela agricultura familiar, torna-se promotora de “um modelo mais sustentável, que aproxime a produção de pequenos agricultores familiares e o consumo de alimentos, contribuindo para uma reconexão da cadeia alimentar e uma relação mais estreita” (TRICHES; SCHNEIDER, 2010, p.2).

Nesta perspectiva, cabe destacar com base em Mior (2005), que a agregação de valor do conjunto das atividades dos circuitos curtos de comercialização, em sua maior parte constituída em bases familiares, abrange uma grande diversidade de produtos como milho, mel, leite e derivados, conservas, derivados de cana-de-açúcar, doces e *chimias* derivados de frutas, sucos de frutas, chás, avicultura de corte e postura, derivados de carne suína, etc. Esta característica pode ser mobilizada para contrabalançar, pelo menos em parte, a tendência da especialização dos sistemas convencionais de produção¹.

Mior (2005) destaca que enquanto boa parte da agroindústria convencional do Oeste Catarinense busca insumos e matérias primas externas à região (milho e soja do Centro Oeste, por exemplo), a agricultura familiar, que promove os circuitos curtos de comercialização, potencializa a utilização de insumos e matérias primas locais e regionais, constituindo-se numa forma particular de desenvolvimento rural. Neste sentido, a emergência de um conjunto de atividades de agregação de valor pautadas na produção

¹ A economia agrícola do estado de Santa Catarina, de forma tendencial, vem se tornando dependente de poucas atividades produtivas. A suinocultura, a avicultura e o fumo, por exemplo, contribuem com cerca de 50% do valor bruto da produção agropecuária de Santa Catarina no ano de 2005 (Epagri/Cepa, 2007).

agrícola de pequena escala, vem se constituindo numa condição fundamental para a concretização de novas estratégias de organização do produtor, potencializadoras da economia local e dos circuitos curtos de comercialização. É neste processo que se constroem novas redes sociais que poderão se constituir nos pilares para a consolidação de redes de aprendizagem e inovação do espaço rural.

Portanto, a partir do que foi exposto até o momento, é possível evidenciar que a agricultura familiar sinaliza para um maior grau de sustentabilidade no desenvolvimento rural, já que favorece a diversificação das atividades produtivas agrícolas e não agrícolas, utiliza matérias primas e recursos locais, prioriza a transição para sistemas agroecológicos, empodera os atores sociais e institucionais e, sobretudo, oportuniza o aparecimento de atividades como os circuitos curtos de comercialização (MIOR, 2005).

Nesta perspectiva, em seguida, apresentaremos a discussão acerca dos circuitos curtos de comercialização como uma nova forma de uso do território.

3. Os circuitos curtos de comercialização como novos usos do território no Oeste Catarinense: alguns exemplos

Os circuitos curtos de comercialização, inseridos no contexto que vínhamos discutindo, configuram uma nova forma de uso do território. Santos e Silveira (2001, p. 27) inferem que o uso do território é determinado e construído pela sociedade, “por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares”. Dessa forma, partindo da ideia de que os usos do território são diferentes nos diversos momentos históricos, ainda hoje encontramos agricultores que utilizaram o território basicamente para a produção de autoconsumo e venda do excedente. Contudo, no período da modernização da agricultura, de modo geral, o território passou a ser usado como recurso para o cultivo de monoculturas, a partir do uso da tecnologia, dos agrotóxicos e das sementes híbridas e transgênicas que possibilitam o aumento da produtividade agrícola, como sinalizamos no tópico anterior. Assim, vivenciamos na atualidade processos que têm mudado as formas-conteúdos de apropriação (SANTOS, 2005), dominação e uso dos territórios, hoje, marcados também por conflitos territoriais por terra, luta pela vida, por trabalho digno, contra práticas de mercantilização da natureza, entre outros. Nessas mudanças inserem-se também os circuitos curtos de comercialização.

Neste sentido, François (2000) contribui para a definição de circuitos curtos ao afirmar que estes são uma forma de comercializar os produtos permitindo “diminuir o número de intermediários entre o produtor e o consumidor” (FRANÇOIS, 2000, p. 13). O circuito mais curto é aquele em que o produtor entrega diretamente o seu produto ao consumidor, chamada ‘venda direta’. Estes circuitos constituem capacidade de caracterizar o território e reforçar a especificidade dos produtos. Estas formas de venda, através da ligação mais estreita entre o território, o cliente e o produto, reforçam o caráter de proximidade da produção local, bem como a constituição de novos usos do território.

A agricultura familiar, neste sentido, é a principal protagonista na constituição dos circuitos curtos de comercialização e, conseqüentemente, dos novos usos do território. Os agricultores familiares que não se enquadraram nas exigências tecnológicas que as agroindústrias impuseram, viram-se forçados a buscar estratégias e alternativas, a fim de sobreviver e manter-se na agricultura. Para isso, adotaram dinâmicas diferenciadas, que se caracterizam através de um processo de diversificação de cultivos e atividades na propriedade e fora dela. Os circuitos curtos estão diretamente relacionados a este cenário. François (2000) infere que as novas tendências do consumo, que levam cada vez mais à procura de produtos saudáveis, naturais, com uma identidade ligada a um território, oferecem novas oportunidades de mercado para os produtos das zonas rurais.

Os circuitos curtos se configuraram em oportunidades para aumentar o valor acrescentado (FRANÇOIS, 2000) e, ao mesmo tempo, permitem diminuir o número de intermediários entre o produtor e o consumidor. Segundo François (2000),

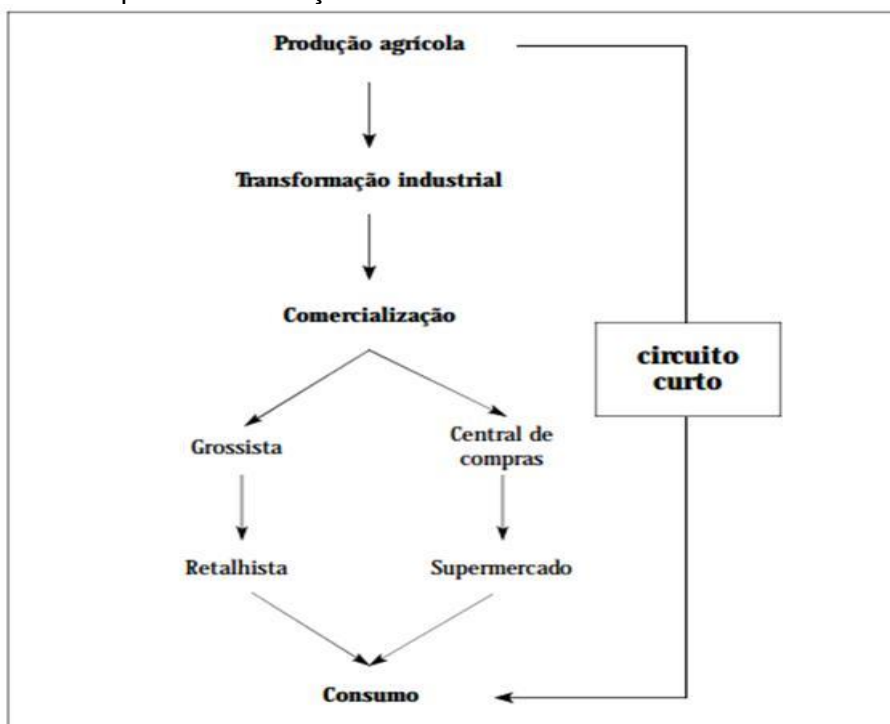
Estes circuitos constituem oportunidades para criar valor acrescentado no território e reforçar a especificidade dos produtos. Estas formas de venda, através da ligação estreita que estabelecem entre o território, o cliente e o produto, reforçam o caráter não deslocalizável da produção local. No entanto, para colocar os produtos no mercado através dos circuitos curtos só uma ação rigorosa permite minimizar os riscos de se aventurar em iniciativas sem saída e onerosas em termos de investimentos (FRANÇOIS, 2000, 13).

Ademais, a venda através dos circuitos curtos procura melhorar os preços dos produtos. Em geral, o consumidor final paga menos e o produtor recebe mais. Também permite realizar localmente o trabalho de venda, concorrendo assim para a manutenção dos empregos no território.

Nesse sentido, é importante inferir que ao favorecer um contato direto com o produtor (ou o território, através de um estabelecimento local), a venda direta tem possibilidade de explicar a especificidade dos produtos ao consumidor e de os valorizar diretamente. Através dos produtos locais, é o território e o seu potencial que são valorizados. A presença destes produtos, assinalada expressamente no comércio, constitui um meio para que o público – visitantes e população local – ganhe consciência da própria existência do território, do seu valor, da sua cultura e dos seus produtos específicos. Portanto, vale recorrer a Santos e Silveira (2001, p. 27), ao defenderem que o uso do território é determinado e construído pela sociedade, “por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares”. Isto é, são os agricultores das pequenas propriedades rurais que impregnam um novo uso do território, a partir de suas técnicas, no tempo e nos lugares. E os consumidores, ao valorizar produtos coloniais, muitos agroecológicos, também fazem parte dessas novas formas e conteúdos territoriais.

Fraçois (2000) apresenta uma proposta sistematizada que aponta as diferenças entre os circuitos curtos e os circuitos tradicionais de comercialização, como é apresentado a seguir. A figura evidencia a relação direta entre produtores e consumidores.

Esquema 2: definição de circuitos curtos



Fonte: Fraçois (2000). Organização dos autores.

Dito isto, citamos enquanto exemplos de circuitos curtos, aqueles promovidos pela Pnae, pelas feiras coloniais e pelas cooperativas da agricultura familiar.

O Pnae², assim como o PAA, são potencializadoras dos circuitos curtos, uma vez que promovem o comércio local sem a participação de intermediários. No caso do Pnae, cabe destacar que o artigo 14 da Lei Federal nº 11.947 resolve que, no mínimo, 30% do total dos recursos despendidos à alimentação escolar sejam destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar, local, regional ou nacional. “O Programa, a partir destas diretrizes, tornou-se um importante segmento institucional para aquisição de alimentos da agricultura familiar” (SARAIVA et al, 2013, p. 928).

Além disso, observa-se uma considerável variedade de alimentos produzidos pela agricultura familiar destinada a alimentação escolar, tal como aponta o quadro abaixo:

² O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) é a maior e mais antiga política pública no Brasil. Há pouco tempo, “novas diretrizes de execução do Pnae foram estabelecidas a partir da Lei Federal nº 11.947 e da Resolução nº38 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), promulgadas em julho de 2009. O FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - realiza os repasses de verbas oriundas do governo federal para a alimentação escolar das escolas estaduais e municipais, com base no número de alunos matriculados na educação básica. O artigo 14 da Lei Federal nº 11.947 resolve que, no mínimo, 30% do total destes recursos sejam destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar, local, regional ou nacional. O Programa, a partir destas diretrizes, tornou-se um importante segmento institucional para aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Tabela 01: Diversidade de alimentos produzidos pela agricultura familiar e comercializados pelo mercado do Pnae em municípios selecionados³ de Santa Catarina.

Legumes e Hortaliças	Frutas	Carnes	Lácteos	Grãos	Panifícios	Outros
Abóbora paulista	Abacaxi Perola	Coxa	leogurte de	Lentilha	Pão Caseiro	Melado de
Abobrinha	Banana (branca, caturra, petiça).	sobre coxa	coco	Milho-verde	Pão francês	cana
Vagem de forma	Amora	de frango	logurte de	espiga	Pão sovadinho	Ovo branco
Alface	Abacate	Frango inteiro	morango	Leite	Milho-Massa	Mel
Acelga	Laranja (Lima, Pêra)	congelado	pasteurizado	pipoca	lasanha	Tortei de moranga
Alho	Goiaba vermelha	Salsicha fresca	Leite	Feijão carioca	Grostoli	Tortei de moranga
Batata doce	Maçã (Fuji)	Linguiça	pasteurizado tipo C	Feijão preto	Farinha de fubá	Lasanha de frango
Batata inglesa	Mamão formosa	Carne moída	Queijo fatiado	Arroz (branco)	Farinha de trigo	Açúcar mascavo
Beterraba	Tangerina	Carne suína	Leite UHT integral	Pinhão	Cuca caseira	Doce de fruta cremoso
Brócolis	Morango	Carne suína	longa vida	Arroz branco	Bolacha caseira (manteiga, glacê)	Polpa de fruta
Cebola	Pêra	Carne suína	Bebida láctea	agulhinha	Cuca alemã	de fruta
Cenoura	Melão	Paleta com e sem	logurte	Amendoim	caseira	Ovos de granja
Chuchu	Laranja (Lima, Valência)	osso	morango	Feijão vagem	Bolacha de nata caseira	Suco concentrado
Couve-flor	Kiwi	Carne suína	Queijo colonial		Pão	de fruta
Couve manteiga	Manga	Pernil	Queijo		Macarrão	Chá orgânico
Pepino	Maracujá	Tortei de moranga	mussarela		caseiro	Filé de peixe
Repolho	Limão (Taity)	Caqui	Queijo tipo colonial		Biscoito amanteigado	Tilápia
Batata Baroa	Bergamota/Tangerina	Salame pré-cozido	fatiado		com linhaça	Ovos de galinha
Tomate	Uva	Peito de frango			Pão de trigo, tipo francês	Sopa de peixe
Agrião	Tangerina Pocan	Carne suína			Pão Frances	congelada
Pimentão		moída			Mini pizza	
Aipim		Linguiça toscana			Bolacha caseira de fubá	
Cenoura		Carne bovina			Bolacha caseira pintada	
Chicória		Carne suína em cubos				
Rabanete		Carne bovina em cubos				
Rúcula						
Couve-folha						

³ Joinville, Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Lages, Caçador, Gaspar, Mafra, São Miguel do Oeste, Laguna, Ibirama, Monte Carlo, Faxinal dos Guedes, Canelinha, Passo de Torres.

		Carne bovina moída				
--	--	--------------------	--	--	--	--

Fonte: Dentz e Rambo⁴ (2014). Chamadas Públicas das prefeituras dos municípios selecionados, 2012 e 2013. Organização própria.

É possível visualizar que o mercado institucional da alimentação escolar é capaz de impregnar novos usos sobre o território, apontando para reflexos socioculturais, econômicos e ambientais sobre o quadro de vida dos agricultores familiares e dos alunos das escolas beneficiados com a política. Há geração de renda para os agricultores, além do fornecimentos de alimentos frescos e adequados a cultura alimentar local/regional.

Podemos citar ainda, a atividade das feiras livres que ocorrem na cidade de Chapecó. As mesmas potencializam os circuitos curtos ao aproximarem os agricultores feirantes dos consumidores, garantindo mais uma oportunidade de escolha para os consumidores urbanos. Não necessariamente o consumidor da cidade precisa adquirir frutas e hortaliças nos supermercados, os quais, em parte, são oriundos de outros estados.

⁴ Trabalho apresentado no XII Seminário de Pós-Graduação em Geografia - Territórios possíveis - Paradigmas da Geografia contemporânea; em Rio Claro/SP; na Unesp; intitulado: Novos usos do território - considerações sobre os usos dos espaços rurais em Santa Catarina a partir dos mercados institucionais da alimentação escolar.

Em 2014, Chapecó contava com dez pontos de feiras, estando dois localizados no centro da cidade e os demais nos bairros. São em torno de 120 famílias que comercializam seus produtos nas dez feiras existentes (POZZEBOM, 2015). Vale ressaltar que Chapecó possui atualmente uma população super a 183.000 habitantes. Nesse sentido, considerando que a procura, em geral é maior que a oferta de produtos nas feiras (POZZEBOM, 2015) há um potencial a ser explorado no que se refere a este circuito curto de comercialização.

A tabela abaixo demonstra a diversidade de alimentos produzidos e comercializados por agricultores familiares feirantes selecionados do município de Chapecó.

Tabela 1 - Alimentos produzidos pelos agricultores familiares feirantes do município de Chapecó/SC

Alimentos de origem vegetal	Quantidade produzida/ano⁵	total	Quantidade total de autoconsumo familiar/ano⁶
Batata – doce	6200 Kg		750 Kg
Feijão	1840 Kg		140 Kg
Mandioca	17800 Kg		1950 Kg
Milho	10000 Kg		200 Kg
Alface	34000 unidades		1912 unidades
Beterraba	7400 Kg		256 Kg
Cenoura	4400 Kg		232 Kg
Couve	3600 unidades		68 unidades
Salsa	2550 maços		96 maços
Repolho	22700 unidades		16 unidades
Tomate	6000 Kg		360 Kg
Radiche	1800 maços		96 maços
Rúcula	6100 maços		336 maços
Couve-flor	1280 unidades		52 unidades
Pimentão	1240 Kg		98 Kg
Brócolis	3750 unidades		60 unidades
Cebolinha	2480 maço		52 maço
Pepino	3000 Kg		100 Kg
Alimentos de origem animal	Quantidade produzida	total	Quantidade total de autoconsumo familiar/ano
Carne suína	12000 Kg		100 Kg
Salame	360 Kg		30 Kg
Leite	8000 litros		730 litros
Ovos	300 bandejas		25 bandejas

Fonte: Pozzebom (2015).

⁵ As quantidades correspondem ao total de produção, ou seja, se trata do total de alimentos produzidos para autoconsumo, comercialização e para alimentação de animais.

⁶ Autoconsumo da família exclui a alimentação fornecida aos animais.

Além de ser possível observar a diversidade de alimentos produzidos e comercializados nas feiras, também é possível afirmar que há uma relação sinérgica entre produção para autoconsumo e produção para as feiras. Este circuito curto potencializa assim, a segurança alimentar e nutricional (SAN) tanto dos agricultores quanto dos consumidores, entendendo por SAN

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (MALUF, 2007, p. 17).

Os circuitos curtos promovidos pelas feiras permitem que os agricultores tenham uma renda financeira periódica e constante, de acordo com a frequência de comercialização na feira. Já os moradores das cidades acabam tendo acesso a alimentos de qualidade, que respeitam a cultura alimentar e a produção local. As feiras também são espaços de interação social, troca de conhecimentos e experiências (POZZEBON, 2015).

4. Considerações finais

Com este trabalho, propusemos trazer elementos da geografia para o âmbito das discussões sobre agricultura familiar, suas estratégias de reprodução social e econômica e assim, sua contribuição para os processos de desenvolvimento rural. Por ser uma ciência que se ocupa do estudo das transformações do espaço geográfico, a Geografia, a partir da abordagem territorial, em especial, na análise dos usos do território, pode auxiliar na compreensão acerca do papel dos circuitos curtos de comercialização no desenvolvimento rural e na constituição de novos usos do território.

Ao analisarmos a dinâmica do espaço rural brasileiro, em especial na região Sul, podemos observar um uso do território anterior à Revolução Verde, que se caracterizava por uma pequena produção mercantil policultora. Este uso se dava pela produção diversificada para subsistência e a venda do excedente. Já com a Revolução Verde, predomina um uso técnico-científico, baseado em grandes monoculturas e insumos modernos.

Como já mencionado, este processo exclui parte considerável dos pequenos agricultores, o que vem resultando em novos usos do território. Podemos assim, observar tanto exemplos de capacidades de reação (Ploeg, 2008) dos agricultores familiares,

expressos no oeste catarinense por meio do sistema de integração dos agricultores às grandes agroindústrias de aves e suínos, e pela capacidade de adaptação (Ploeg, 2008). Esta pode ser exemplificada pela implementação dos circuitos curtos de comercialização, constituídos, a partir da ótica desse trabalho, pelas políticas públicas (Pnae) e pelas feiras livres. Estes circuitos curtos de comercialização, não raro, atribuem novas funções a antigas formas (Santos, 1996), ou seja, produtos que antes eram destinados ao autoconsumo, passam a ser também comercializados, não raro, tornando-se a principal fonte de renda das famílias.

Os circuitos curtos de comercialização tendem a contribuir para a promoção do desenvolvimento rural em suas diferentes dimensões. Economicamente representam uma alternativa de renda para os agricultores familiares, apresentando enquanto aspecto positivo uma melhor remuneração do agricultor, uma vez que exclui o atravessador, pela venda direta. Socialmente, tendem a valorizar a cultura alimentar local/regional, por serem produzidos para o mercado, produtos típicos do consumo das famílias, contribuindo também para a SAN. Ambientalmente, contribuem com a manutenção da biodiversidade, uma vez que os circuitos curtos despendem menos energia para o transporte dos produtos, além de fomentarem uma produção diversificada nas propriedades, tanto incentivada pelas feiras livres, quanto pelo mercado institucional do Pnae.

Nesta perspectiva, os circuitos curtos de comercialização, configuram uma nova forma de uso do território. Santos e Silveira (2001, p. 27) inferem que o uso do território é determinado e construído pela sociedade, “por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares”. Ou seja, na medida em que a agricultura familiar cria e recria seu espaço de produção e comercialização através da venda em pequenas distâncias e de forma direta ao consumidor, potencializa uma nova forma mais sustentável de uso do território.

Os novos usos desencadeados pelos circuitos curtos de comercialização demandam atenção dos formuladores de políticas públicas bem como mais pesquisas acadêmicas, cujo esforço se inicia com este trabalho.

Referências bibliográficas

BALSAN, Rosane. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. **Campo e Território**. Revista de geografia agrária. v. 1, n.2, p.123-151, 2006.

BRASIL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: 2012/2015. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

CAMPOS, Ginez Leopoldo de. Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas. In: TEDESCO, João Carlos. [Org.] **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

CONTERATO, M. A. et al. Estilos de agricultura: uma perspectiva para análise da a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 149-186, 2010.

DENTZ, E. V. ; [RAMBO, A.](#) **Novos usos do território - considerações sobre os usos dos espaços rurais em Santa Catarina a partir dos mercados institucionais da alimentação escolar**. In: XII Seminário de Pós-Graduação em Geografia - Territórios possíveis - Paradigmas da Geografia contemporânea, Rio Claro – SP, 2014.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As Agroindústrias no Brasil: O Caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

FRANÇOIS, Martine. **Comercializar os produtos locais: circuitos curtos e circuitos longos**. Inovação no meio rural. Caderno nº 7. Observatório Europeu LEADER. Julho de 2000.

FREDERICO, Samuel. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o Estado em áreas do cerrado. **GeoUsp – espaço e tempo**, n. 33 Especial, p. 218- 232, 2013.



GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. **O Novo Rural Brasileiro**. In: IAP AR. (Org.). *Ocupações Rurais Não Agrícolas: anais: oficina de atualização temática*. Londrina: IAPAR, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. p. 6774-6792. Universidade de São Paulo, 2005.

HENTZ, Carla. **O agronegócio no oeste catarinense e seus desdobramentos no consumo produtivo de Chapecó-SC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó-SC, 2014.

HESPAHOL, Rosangela A. de Medeiros. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, campus de Rio Claro, 2003.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, Vozes, 2007.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Unochapecó, Editora Argos, 2005.

PLOEG, J.D. van der, et al. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. **Sociologia Ruralis**. v. 40, nº 4, October 2000. p. 391-408

POZZEBON, Luciana. **Segurança alimentar e nutricional e autoconsumo entre agricultores das feiras de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó-SC**. Trabalho de Conclusão de Curso – Especialização em Segurança Alimentar e Nutricional - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó-SC, 2015.

RECHE, D. **A influência do capital agroindustrial na distribuição socio-espacial urbana do município de Chapecó no Sul do Brasil**. Anais do X Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona. 2008.



SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996, 308 p.

SANTOS, Milton. Território e Dinheiros. In: Território e Territórios. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo-UFF/AGB, 2002.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: Territorio y movimientos sociales. OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 nº. 16. Buenos Aires. P. 251-261. 2005.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território O Brasil e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHNEIDER, S.; MENEZES Marilda A. Inovação e atores sociais. In: SCHNEIDER, S.; MENEZES, M.; SILVA, A.G.da; BEZERRA, I. (orgs.). **Sementes e brotos da transição**: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2014, p.13-26.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sérgio. **Reconstruindo o “elo perdido”**: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do programa de alimentação escolar no município de Dois Irmãos (RS). *Segurança alimentar e nutricional*, vol. 17, n. 1, PP 01-15, Campinas, 2010.